

## RESENHAS

XAVIER, Elizabeth S. P.

**Poder Político e Educação de Elite.**

São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1980.

A autora estuda o surgimento do pensamento pedagógico, mostrando que ele não é autônomo em relação às condições econômicas e políticas, como até agora foi visto por outros autores. Em seu estudo, ela privilegia as duas primeiras décadas, pós-Independência, onde, pela primeira vez, a nível institucional, foi discutida a implantação de um sistema educacional.

Outros autores, ao tentarem explicar a origem do pensamento pedagógico brasileiro, interpretaram-no desvinculado do contexto histórico, isto é, independente dos fatores econômicos e políticos. Esta autonomia do pensamento pedagógico defendida por estes estudiosos, baseia-se fundamentalmente em duas explicações. A primeira explicação, diz que o pensamento pedagógico e a legislação educacional falharam, devido à ingenuidade e imaturidade cultural, de nossos legisladores, ao transplantarem culturas mais desenvolvidas para superar rapidamente o atraso cultural brasileiro. Este transplante cultural, segundo estes estudiosos, efetivou-se porque os legisladores que discutiam a implantação do projeto educacional, desconheciam a realidade brasileira. Portanto eram ingênuos e imaturos culturalmente. A segunda explicação, atribui o transplante cultural à dependência colonial, que prevaleceu mesmo após a Independência. Assim, este transplante cultural ocorreu devido ao caráter formal da Independência e à continuidade da nossa dependência econômica, mesmo após este evento.

De forma bem diferente e contrária a estas explicações, Maria Elizabeth S. P. Xavier, estuda o surgimento do pensamento pedagógico, a partir das condições histórico-sociais, nas quais se originou. Salienta ainda, que esta autonomia do pensamento pedagógico é apenas aparente, tendo a finalidade de colocar a educação a serviço dos interesses dominantes.

Quanto ao papel do liberalismo transplantado da Europa, a autora mostra que ele cumpriu funções diferentes, em termos de dominação, em virtude das diferenças entre a realidade brasileira e a europeia. A educação popular, no Pós-Independência, foi bandeira de luta ao novo sistema político. Isto ocorreu porque seria descabido para um país que se proclamava "Estado Nacional", com a existência de um sistema "representativo", baseado em uma "sociedade liberal", não se preocupar com a criação de um "sistema educacional". A "nação" teria que sentir a escola como instituição útil também às classes populares, no sentido liberal de que todos pudessem ter acesso à escola. A omissão de um projeto social de educação popular, tornaria claro à população que a independência do Brasil não foi uma conquista da nação e, portanto, também uma conquista popular. Ficaria claro o caráter de classe do evento da Independência.

Acrescenta-se ainda, que este projeto de educação liberal, resolvia os problemas das pressões internas feita pela classe média, a fim de participar dos privilégios da classe dominante, na medida que permitia seu acesso à escola. A classe dominante assim, transmitia a idéia de uma "sociedade aberta", permitindo que a classe média "participasse do poder", nos cargos burocráticos, conseguindo tê-la como aliada.

Esta educação popular aqui proclamada, foi muito importante, na medida que não servia às classes populares, mas dava à classe média a ilusão de que ela participava do poder, sendo assim cooptada pela classe dominante. "E foi justamente através do discurso liberal, das preocupações "nacionais", das promessas de participação política, ascensão social e educação universal, que as camadas médias e com elas as camadas populares do país, se colocaram a serviço dos interesses da ala dos proprietários de terra e escravo" ( p. 130 ).

Assim, o liberalismo aqui, constitui-se doutrina que informou um projeto educacional que não é autônomo em relação a essa mesma realidade, mas atendeu a interesses específicos de sociedade escravista.

Creio que a autora, em sua obra, alcançou o objetivo proposto inicialmente, na medida que explicou o surgimento do pensamento pedagógico, sempre relacionando-o ao contexto que o originou. Este ponto diferencia-se de outros autores, que discutem a origem do pensamento pedagógico, de forma independente do seu contexto social, portanto, autônomo. Na medida que a autora estuda a origem do pensamento pedagógico brasileiro, a partir do contexto social, político e econômico que o originou, desmistifica sua autonomia e demonstra o papel ideológico que ele cumpriu. O pensamento pedagógico, visto de forma autônoma desempenha um papel ideológico, na medida em que a escola proclamada como educação popular, não mostra o conflito de classes, e apresenta-se independente em relação ao contexto social que a serve.

Iraide Marques de Freitas Barreiro  
Pós-Graduação em Educação — UNICAMP

MELLO, Guiomar Namó de.  
**Magistério de 1º Grau — Da competência técnica  
ao compromisso político.**  
São Paulo. Cortez Editora e Autores Associados, 1982.

A autora afirma ter como motivação original para seu estudo, o inconformismo diante da Seletividade do ensino de 1º grau, seletividade esta que tem um determinante econômico, mas está também presente na escola através dos mecanismos intra-escolares, e que tem um sentido político porque não atua sobre qualquer aluno, mas sim sobre os filhos da classe trabalhadora que são quem freqüentam as escolas públicas.

Ela afirma que os mecanismos escolares, ao excluírem e ao legitimarem essa exclusão sob um "aparecer técnico", são poderosos mecanismos de seletividade. ( 1º capítulo ).

Após fazer considerações sobre o acima mencionado, ela se reporta à sua hipótese específica, qual seja, "o sentido político em si, da prática do professor se realiza também pela sua competência técnica". Para chegar aí, ela em primeiro lugar tece algumas críticas à teoria da violência simbólica, e situa a escola como mediadora do processo social.

Aponta ela para a força contraditória que faz com que não seja possível existir, nem pura dominação, nem pura reprodução, e para a importância que a escola tem como mediadora no destino das pessoas.

Afirma também, que uma das contribuições políticas da escola brasileira, hoje, está em realizar bem aquilo que ela se propõe: transmitir conhecimentos úteis, ensinar bem aos que a ela têm acesso, e estender-se aos até agora dela excluídos.

Para ela, o sentido político da prática docente se realiza pela mediação da competência técnica e constitui condição necessária, embora não suficiente, para a plena realização desse mesmo sentido político da prática para o professor.

Já no 2º capítulo, ela entra propriamente na dinâmica da pesquisa; onde explica as variáveis que considerou importantes, como definir estas variáveis, o grupo estudado, como se processou o trabalho de campo e como foram tratados os dados.

No 3º capítulo ela discute os dados obtidos na pesquisa, tais como: a supremacia das mulheres no magistério ( 90% ), suas conseqüências, a homogeneidade quanto à origem sócio-econômica dos professores, o salário das mulheres professoras que é fundamental para o sustento da família etc...

No capítulo posterior "Onde a Vítima se Transforma em réu, ainda que muito amada", o título já nos sugere tudo: o professor culpa o aluno e o faz como forma de justificar a sua insegurança e despreparo técnico. Ele ama a criança mas nada pode fazer para evitar o seu fracasso. Portanto, para ela, está na capacitação profissional, o ponto crítico a partir do qual se pode imprimir um caráter político à prática docente — "para esse professor, nessa escola, nessa realidade brasileira, hoje existente".

No capítulo 5º, trata da remuneração do professor e da falta de assistência técnica e recursos materiais, fatores apontados pela maioria dos professores ( 64% ) como causa de insatisfação no trabalho. Acusam, como dificuldade para o trabalho docente, as condições pedagógicas adversas, evidenciando-se que os professores, ao analisarem as causas de suas dificuldades, não incluem aquelas que mais diretamente lhes dizem respeito.

Quanto aos elementos facilitadores do trabalho, entram aqui as condições pessoais do professor ( com destaque para a vocação ). Grande também é o número de respostas que sugerem o amor como uma das medidas para se trabalhar com a criança carente, valorizando-se assim o aspecto afetivo.

Os professores, de modo geral, também valorizam a união, mas há uma diversidade quanto ao significado desse termo, predominando a tônica do apoliticismo.

No último capítulo, concluindo, Guiomar aponta como alternativa viável no presente, aumentar e manter presentes, na escola, o maior número possível de parceiros oriundos das camadas populares.

A aposta que a capacitação profissional é o ponto crítico a partir do qual se pode imprimir um caráter político à prática docente do professor primário.

Denise Costa Lima da Rocha  
Pós-Graduação em Educação — UNICAMP

**ALVES DE SOUSA, José Newton**  
**Por uma Sociologia da Universidade**  
Universidade Federal do Ceará, s/d.

Professor da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica de Salvador, na qual coordena os cursos de extensão da Pró-Reitoria, José Newton Alves de Sousa é ainda poeta e membro da Academia Cearense de Letras.

**Por uma Sociologia da Universidade** é dividido em três capítulos. O primeiro aborda a questão da Universidade, enfocando sua história, atualidade e papel, objetivos, estruturas e funções: a função sapiencial, a didática, a educacional, a de serviço, bem como a questão dos modelos da Universidade.

No segundo capítulo, o autor demonstra a necessidade de uma Sociologia da Universidade, que enfoque as relações entre educação e sociedade, educação e sociologia, educação e escola, escola e universidade, universidade e sociedade, universidade e sociologia.

O terceiro-capítulo tem por assunto o estudante na Universidade e aí o professor trata da Universidade como instituição social, da estrutura social da Universidade, das relações entre corpo docente e discente, funcionários e estudantes, a comunidade e os estudantes. Toca na questão da profissionalização e do mesmo mercado de trabalho.

Recordação do papel e importância da Universidade, análise da universidade brasileira e seus problemas recentes, o estudo do Prof. José Newton caracteriza-se por aquilo que ele próprio chama de visão discentocêntrica, isto é, centrada no estudante. Mostra que a Universidade deve viver tornando o aluno o eixo de suas preocupações, visando promovê-lo como pessoa, compreendê-lo a habilidá-lo adequadamente ao exercício profissional. E, deste modo, cumprir uma de suas tarefas essenciais, a de transformar a sociedade, através da formação educativa.

Lugar da pesquisa e transmissão do saber, a Universidade existe para o homem, e "volta-se para o mundo dos homens, prestando-lhe serviços diretos ou indiretos" ( p. 16 ).

Acompanhado de boa Bibliografia, o presente estudo é leitura obrigatória para todos os que se interessam em compreender a questão da universidade hoje.

Constança Marcondes Cesar  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

FLUSSER, Vilém.

**Naturalmente.** SP, Livraria Duas Cidades, 1979.

O autor, nascido em Praga, morou de 1940 a 1973 no Brasil, tendo sido professor da FAAP e organizado seminários e conferências no ITA e no Instituto Brasileiro de Filosofia.

**Naturalmente**, cujo subtítulo é "vários acessos ao significado de Natureza", aborda a questão das relações natureza-cultura.

Flusser, num estilo revelador das leituras de Husserl, Heidegger, Wittgenstein, trata de compreender o que acontece com a relação homem-natureza, num mundo que se caracteriza pela crise da ciência. "Tal crise da ciência", afirma, "exige uma reformulação radical tanto dos métodos da ciência quanto do interesse da ciência pelas coisas" ( p. 143 ).

O reconhecimento da importância crescente das ciências humanas, leva o homem contemporâneo a inverter a perspectiva tradicional, que conferia à física o papel de modelo do saber. Por isso, "de certa maneira está recomeçando ( ... ) o esforço todo de conhecer cientificamente o mundo que nos cerca" ( p. 143 ). Pertencer a esse grupo de pioneiros, criar uma nova forma de ver o mundo, um novo conceito de ciência: tal é a aventura que Flusser se propôs, reconhecendo como seus precursores Husserl, Ortega e Bachelard.

Pondo em jogo o conceito de **natureza**, Flusser escreve, filosófica e poeticamente em torno de temas aparentemente banais: **caminhos, vales, pássaros, chuva, o cedro no parque, vacas, grama, dedos, a lua, montanhas, a falsa primavera, prados, ventos, maravilhas, botões, neblina.**

Nosso autor pretendia submeter as “coisas naturais a testes sucessivos. Estabelecia, nesses testes, várias e sucessivas negações da posição ‘natureza’. Assim, em ‘Chuva’, procurou negar a natureza pela ‘cultura’, no significado de ‘manipulação planejada’ (...) Em ‘Falsa Primavera’, procurou opor o conceito grego da natureza (‘physis’) ao conceito da ciência da natureza (...) Em ‘Botões’, procurou opor os dois climas que emanam de natureza: o do sentimento trágico e o do absurdo. E, em ‘Nebulina’, procurou opor a mistificação da natureza pela espírito ideológico ao autêntico mistério de uma realidade que se esconde ao revelar-se” (p. 139).

O livro de Flusser se lê com o encantamento de quem descobre novos poemas; e com a admiração de quem se surpreende perante e enigma do mundo, desvelado a partir do cotidiano mais banal, da paisagem de uma casa de campo.

A refinada erudição que transparece no texto, Flusser a usou apenas como instrumento para aprofundar a profundidade da sua leitura.

A partir da natureza europeia — o livro foi escrito na Europa — nosso autor oferece ao leitor brasileiro um “guia turístico” (p. 148), entendendo por turismo a “visão interessada mas despreconcebida daquele ente provisório e estrangeiro no mundo chamado ‘homo viator’ ” (p. 148).

Escrevendo a partir da natureza europeia, Vilém Flusser medita sobre a inserção do homem no mundo, numa renovadora abordagem.

Encantamento: é isso que o mágico da palavra nos oferece.

Constança Marcondes Cesar  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

VARGAS, Mílton

**Verdade e Ciência**

São Paulo, Duas Cidades, 1981.

Mílton Vargas foi catedrático em Mecânica dos Solos na Escola Politécnica, atuou na fundação do Instituto Brasileiro de Filosofia, onde atualmente colabora em cursos e conferências, e bem assim com artigos na Revista Brasileira de Filosofia. Entre 1964 e 1968 lecionou na Escola Politécnica aulas sobre “Evolução e Filosofia das Ciências”. Desde 1972 oferece um curso em nível de pós-graduação sobre “Metodologia da Pesquisa Tecnológica”.

O desafio que o autor se propõe no livro, parte da afirmação de Jaspers, de que a “ciência é o conhecimento cujo conteúdo se constitui como irresistivelmente certo e universalmente válido” (P. 7). Esta afirmação provoca o autor no sentido de indagar-se sobre o porquê deste poder do discurso científico, e o primeiro capítulo, introdutório, dá uma visão de como foi realizada a investigação apresentada no livro.

O segundo capítulo tem por título “A Origem e o Valor da Ciência Moderna”, onde partindo da afirmação de uma estreita correlação entre a vida e a ciência modernas, mostra que tal correlação se dá em vista de uma atitude do homem de se colocar no centro de suas relações com ser-no-mundo. Historicamente, tal atitude emerge dum momento em que o homem se colocava numa posição perimetral — a linguagem mítica — e que a partir do estabelecimento do espírito humano, o homem começa a tomar uma posição central — a linguagem filosófica — até entrever a possibilidade de uma compreensão do mundo — a linguagem científica. Evitando uma concepção positivista, esclarece que as três linguagens não se superam uma às outras, distinguem-se por serem diferentes interpretações da mesma realidade.

A interpretação científica se constitui então numa "forma simbólica que se interpõe entre a nossa percepção e a variedade percebida" ( p. 15 ) o que constitui numa limitação do conhecimento científico em relação a uma fonte da verdade científica: dentro de suas limitações circunstanciais ela se impõe como certeza irresistível.

O terceiro capítulo tem por título "A Evolução das Ciências da Natureza" e se divide em quatro partes: a) a origem da teoria b) o poder mágico da ciência renascentista; c) a ciência moderna; d) a natureza como processo. Neste capítulo, a intenção é determinar o fundamento inconsciente que levou o homem ao saber científico ( p.23 ). A primeira parte mostra o pensamento grego, fundamentado na certeza da unidade da natureza, desvelando a possibilidade de se contemplar o mundo por um esquema inteligível: a teoria. A teoria, como forma de compreensão persiste na cosmovisão cristã, onde ela é aplicada ao discurso sobre Deus. A segunda parte mostra o período renascentista em que se entende o movimento da natureza por algo estranho a ela. Esta concepção coloca a ciência renascentista num nível "mágico": a natureza é um enigma a ser decifrado e recriado, a partir de uma atitude pessoal do "pesquisador": o amor que lhe abre o caminho de um conhecimento. A esta atitude, quase que artística do cientista da Renascença, sucede o "poder da razão" do movimento Barroco. A terceira parte trata da ciência moderna, que parte da revolução copernicana, atinge a experiência controlada em Galileu, evolui para o problema do Método em Bacon e Descartes, chega ao iluminismo e, finalmente, a uma justificação filosófica da ciência dada por Kant, na "Crítica da Razão Pura". A última parte visa mostrar a passagem de uma concepção da natureza como máquina a uma concepção da natureza como processo, que se evidencia no Romantismo ( Hegel ) e no Positivismo ( Comte ). A partir do evolucionismo de Darwin e das pesquisas de Mendell, consolidou-se inda mais esta concepção.

O quarto capítulo trata dos critérios de verdade nas ciências, digo, sobre "Einstein e a idéia atual de natureza", que visa mostrar que "a teoria da relatividade estende ao mundo físico a idéia da natureza como processo" ( p. 70 ). A realidade passa a se constituir em matéria e energia, não mais coisas, porém, eventos. Todo o Universo se nos mostra instantaneamente, como um evento no qual se contém toda sua história.

O quinto capítulo trata dos critérios de verdade nas ciências. Temos aqui novamente uma consideração histórica, em que se parte desde o critério grego de coerência lógica e metafísica, aos conceitos cristãos de Agostinho ( Iluminação ) e Tomás ( Adequação do Objeto ao Intelecto ), e daí ao estabelecimento do critério de autoridade. A Renascença tem por critério a "visão direta" das coisas, que evolui para a necessidade de pesquisa e ao método experimental do início da ciência moderna — a adequação da conjectura ao resultado verificado. Substitui-se a lógica pela matemática, e separam-se filosofia e ciência. Descartes e Bacon colocam como critério do método, respectivamente a dedução e a intuição as quais serão combinadas na teoria de Newton. Com a entrada do método, fazer ciência é trabalho para pesquisadores preparados.

A adequação conjectura — resultado permite o surgimento do critério positivista, embora exista a dificuldade de se precisar o que seja um fato positivo.

O sexto capítulo trata da "Demarcação entre Filosofia e Ciência, onde o autor confronta o pensamento de Jaspers e Popper. Para Jaspers, o característico da ciência é a imposição da certeza; para Popper a ciência se caracteriza por ser falsificável, isto é, pode ser falsa a proposição científica, diante de um dado fato.

Quer o autor entender que ambas as colocações são complementares: a ciência, questionada pelos fatos "falsificadores" readapta-se, e então se constitui

irrefutável, como quer Jaspers. Já a teoria filosófica é também paradoxal, mas noutra sentido: embora suas asserções sejam perenes, elas são constantemente refutáveis, e não se constituem em imposição de verdade.

O sétimo capítulo "Verdade e Ciência", coloca o saber científico como saber relativo, fundado no distanciamento do homem em relação ao mundo, fruto de sua raiz bíblica e helênica. Este humanismo, que adquiriu vigor na Renascença, faz da ciência um instrumento, contudo, na evolução histórica, esta afirmação do homem se torna anulação da personalidade, na medida em que os fatos positivos se mostram alheios ao homem.

O capítulo oitavo refere-se à "Certeza das Asserções Científicas", que se divide em três partes: a) o conceito semântico de verdade nas ciências; b) a linguagem das ciências; c) a certeza irresistível das ciências.

A primeira parte se inicia considerando o sistema aristotélico, as anti-nomias que contra ele se colocaram, e que em nosso século fundamentaram a análise semântica da verdade de Tarski, onde a verdade de uma sentença coloquial não se define e que, portanto, há a necessidade de uma linguagem formalizadora. Em decorrência, surge a metalinguagem, para tratar da linguagem formalizadora. Em termos de critério de verdade, desta análise se pode concluir que a validade das deduções dentro de uma linguagem e a verdade de uma sentença não se confundem.

A segunda parte mostra que a linguagem das ciências é, primordialmente, uma linguagem escrita e se caracteriza pela objetividade, abstração, universalidade, normalização e logicidade. Possui uma estrutura específica, conforme seja a ciência dedutiva ou empírica. Possui, igualmente, um sentido que lhe é dado tanto por critério empírico como por critério de coerência com o contexto amplo da teoria.

A terceira parte retoma o texto inicial de Jaspers, para mostrar que a ciência só é contestável dentro de uma estrutura científica. Sua verdade é relativa às circunstâncias a que se limita. O autor conclui que a afirmação de Jaspers decorre duma crença que domina o pensamento ocidental (p. 124). De tal forma, que uma proposição cientificamente comprovada, é restrita às suas circunstâncias, mas não falsa. Esta restrição porém nos leva à compreensão não dos fatos, mas das teorias a respeito deles.

Conclui-se, então, que a certeza irresistível se constitui num relativo, o qual oculta a totalidade do real, e, portanto, as possibilidades de outros caminhos à verdade.

Paulo de Tarso Gomes  
Pós-Graduação em Filosofia — PUCCAMP.

MAY, ROLLO.

**A Coragem de Criar.**

SP, Nova Fronteira, 1982.

Neste livro, o autor explica nossa existência atual, a mudança radical dos costumes, da educação, das religiões, da tecnologia e das artes, afirmando que vivemos em constante situação de medo.

Diz que devemos lutar para preservar nossos sentimentos, nossa consciência e responsabilidade, num mundo onde somos chamados a realizar algo de novo, numa terra de ninguém onde o homem não deixa trilha e nenhuma pessoa jamais voltou para nos servir de guia.

Rollo May, diz que "viver no futuro" é um salto para o desenvolvimento que exige "coragem" sem precedentes e é compreendido por poucos. Essa

coragem e o gosto do desespero, é darmos ouvido a nosso Eu. Todo aquele que não ouve o seu interior, sente o vazio que corresponde à sua apatia exterior e a se transformar em covardia.

A coragem é o alicerce que torna mais reais os valores, e, possíveis as virtudes psicológicas, apontando formas de coragem física, moral, social e criativa.

A coragem física, não com violência, mas com uso do corpo para criar, "ouvir", e cultivar a sensibilidade.

A coragem moral, a qual também chama de coragem perceptiva, pois depende da capacidade de perceber o sofrimento do próximo, tentando ajudá-lo, sem medo de se envolver.

A coragem social é aquela que faculta o relacionamento com os outros seres humanos. É a capacidade de arriscar o próprio Eu na esperança de atingir uma intimidade significativa.

Finalmente, temos a coragem criativa, a descoberta de novas formas, novos símbolos, padrões segundo os quais uma nova sociedade pode ser construída.

O artista, em geral, é responsável pelo que cria, pois as pessoas irão participar de sua obra não apenas vendo-as, mas sentindo-as e identificando-se com aquilo que vê. O artista diz através dos símbolos aquilo que acontece ou acontecerá.

A criatividade pode ser temida por algumas pessoas, pois na maioria das vezes os símbolos criados podem mostrar uma realidade que para alguns não seria vantajosa, o que traz conflitos sociais, políticos e culturais. O criador é tido como revolucionário, pois está quase sempre fora dos padrões da sociedade, por estar além do tempo e do espaço em que se encontra. Por isso, é tido como rebelde.

A criatividade ocorre num encontro, e deve ser compreendida tendo por centro este encontro, durante o qual o artista sente "a coisa" ( sic ), não como simples coisa, mas ele penetra e retira do objeto ou da realidade o sentimento. Neste encontro, dois pólos extremos estão em evidência: é o "ser" e o "não-ser", gerando uma ansiedade concomitante ao abalo provocado pelo encontro — o relacionamento eu-mundo. Esta ansiedade é por um tempo desligamento, desorientação, angústia do nada, loucura divina. Luta com o "não-ser", obrigando-o a produzir "o ser", perseguindo a ausência de sentido, obrigando-a a significar.

Para o autor, a criatividade exige que nos coloquemos, antes de tudo, como veículos das novas visões de mundo que querem emergir do fundo do nosso "Eu — coisa que mostra outra condição básica do ato criativo: a 'liberdade' ". Pois, sem coragem e sem liberdade o mínimo que ocorre é nos deixarmos envolver e enganar tragicamente pela angústia que teme e suprime qualquer tentativa de renovação de nosso modo de vida. "Precisamos combater duramente o preconceito de que o talento é uma doença e a criatividade uma neurose."

Sulami P. Britto  
Titular de Psicologia da Educação e Comunicação Oral — PUCCAMP .